

O PAPEL FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Paulo Gabriel Nascimento Monteiro¹

Renato Carneiro da Silva²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a importância do papel da família e a construção de uma relação com a escola no processo de desenvolvimento educacional de alunos com transtorno do espectro autista, como forma de garantir o desenvolvimento pleno e promover as potencialidades de todas as crianças no contexto escolar, além da manutenção do direito a educação que todo cidadão goza. Para a metodologia, foi adotada uma pesquisa de natureza teórica, do tipo qualitativa e com uma abordagem bibliográfica que se dividiu em levantamento de obras, seleção e leitura crítica para o referencial teórico desse trabalho. Foram selecionadas obras dos anos de 2015, 2020 e 2021. De acordo com os resultados, o trabalho apresenta como a atuação da família pode contribuir positivamente no desenvolvimento escolar de alunos com TEA e também reforça a necessidade de um trabalho em conjunto com a escola de forma que proporcionem um ambiente saudável e inclusivo para que a criança se desenvolva em suas totais capacidades.

Palavras-chave: Educação especial. Família. Escola. Autismo.

ABSTRACT

The present work aims to understand the importance of the role of the family and the construction of a relationship with the school in the process of educational development of students with autism spectrum disorder, as a way of guaranteeing the full development and promoting the potential of all children. in the school context, in addition to maintaining the right to education that every citizen enjoys. For the methodology, research of a theoretical nature was adopted, of a qualitative nature and with a bibliographical approach that is divided into a survey of works, selection and critical reading for the theoretical framework of this work. Works from the years 2015, 2020 and 2021 were selected. According to the results, the work presented as family action can contribute positively to the academic development of students with ASD and also reinforce the need for joint work with the school. in a way that provides a healthy and inclusive environment for the child to develop to their full capabilities.

Key words: Special education. Family. School. Autism.

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Professor Efetivo da Prefeitura Municipal de Marabá (SEMED). e-mail: pgabriel1996@outlook.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor Adjunto da Universidade Federal do Semi-Árido (Ufersa). e-mail: renato.carneiro@ufersa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As transformações do mundo são muito dinâmicas. O mundo em que crianças do final do século passado e início deste viviam, não é o mesmo que a geração atual está enfrentando. É possível observar o dinamismo nas práticas cotidianas, como por exemplo, o acesso à informação: na atualidade, graças à tecnologia, uma criança consegue encontrar rapidamente o significado de um termo que acabou de ouvir pela primeira vez, algo completamente impensado há 20 anos, em que as pesquisas eram feitas em bibliotecas, de maneira manual, para que fosse encontrada em algum livro que contivesse a informação necessária - o que, em alguns casos, não era garantia de sucesso. A família é o primeiro contato que uma criança tem com o mundo externo, podendo se desenvolver de acordo com a presença e acompanhamento de seus pares no decorrer de suas etapas de crescimento. O papel da família é de oferecer condições de segurança e aprendizado para que as crianças possam estar se desenvolvendo em suas plenas condições (SOUZA, 2022, p. 14).

Além do aspecto supracitado é possível, também, observar as mudanças no campo familiar e escolar. É necessário compreender em que contexto as famílias estão trabalhando em prol da educação das crianças e se a sua atuação acontece de forma conjunta com a escola, além de observar se, de forma errônea, a família está delegando essa obrigação para as próprias instituições de ensino, e dessa maneira, diminuindo o vínculo de participação e cuidado na vida dessas crianças.

Esse aspecto ainda ganha uma maior dimensão, quando contemplamos crianças que possuem necessidades especiais, que são o principal público desse estudo, pois requerem muito mais cuidado e atenção do que as crianças que não necessitam de nenhum cuidado especializado. Nesse sentido, é adequada a análise de como as famílias se comportam em relação a essas crianças e o que esse comportamento gera, se tratando de benefícios ou malefícios, que podem ser vivenciados por essas crianças e, além de possíveis dificuldades, não somente para o contexto educacional, mas também para um contexto voltado ao social.

O tema foi escolhido, nessa perspectiva, pois perpassa pelo envolvimento da família na formação educacional de crianças com deficiência, que estão inseridas em um contexto de educação especial e em como essa família está se portando em uma prática que, deve ser feita em parceria com a instituição de ensino, com a finalidade de construir um ambiente que favoreça o desenvolvimento dessa criança, não somente nas etapas de ensino, mas também para a vida enquanto cidadão. Para Mantoan (apud REGEN, 1998, p. 4),

É vital que o ambiente educacional que pretende operacionalizar experiências inclusivas esteja consciente de que: o meio mais favorável possível é o que (...) constitui espaços institucionais abertos, em que a diversidade é a mola que impulsiona

os educadores, os especialistas, pais e crianças e a sociedade em geral a mudar comportamentos, ideias, procedimentos, em busca de uma educação e vida de qualidade para todos.

Apesar do ambiente familiar e escolar se desenvolverem em diferentes espaços e contextos, estabelecem entre si um importante vínculo de relações. Ambos têm o objetivo de criar um espaço que favoreça o desenvolvimento da criança na medida que a estimula a desenvolver seu potencial.

Iniciei meu percurso acadêmico como graduando em pedagogia pela Universidade Federal do Pará, no campus de Bragança. Enquanto discente, sempre me interessei pelo campo do currículo e educação inclusiva. Não à toa, na graduação, meu trabalho de conclusão de curso teve como tema “Diálogo Sobre O Cinema Na Educação Do Campo: Uma Proposta Inclusiva”, que produzi com o intuito de propor o cinema como prática educativa para sujeitos que são considerados marginalizados dos processos educativos, e, portanto, não tem voz ativa nas dinâmicas que os cercam, e que determinam as formas que levam suas próprias vidas.

Enquanto discente do curso de licenciatura plena em pedagogia, tive a possibilidade de desenvolver um trabalho técnico de meio período na própria universidade através dos programas oferecidos pela própria instituição. Depois de formado, ainda tive a oportunidade de trabalhar em uma secretaria escolar como assistente administrativo. Todas essas experiências corroboraram para minha decisão de me tornar professor de sala de aula. Hoje sou professor efetivo na cidade de marabá, também no estado do Pará.

Como citado acima, trabalhei na secretaria em meu município de origem e hoje sou professor em outro município e percebo uma cultura um pouco diferente. Sinto que a família, nesse novo contexto e cidade, é pouca ativa na educação dos próprios filhos, terceirizando bastante essa responsabilidade para a escola, na figura do professor. Por sorte, é algo que pouco experimentei no decorrer desse pouco mais de um ano que estou na caminhada docente. E nem sempre é algo que parte somente dos pais, mas que muitas vezes, é reforçado pela própria secretaria de educação e por alguns gestores escolares que ainda insistem em culpabilizar o professor por baixos índices de desempenhos de alunos, já não bastando os não cumprimentos salariais e em alguns casos, perseguições sofridas por professores no seu cotidiano.

Partindo dessa realidade, busco observar a presença da família no contexto escolar e fora dele, para que o trabalho da escola não seja encerrado no momento em que a sirene toca, e os alunos se retiram para suas casas. Portanto, parto do seguinte questionamento: Qual o papel da família na educação inclusiva? E nesse contexto, quais os desafios e possibilidades para o desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista?". O estudo examinará a

colaboração entre família e escola, identificando as barreiras e facilitadores para um ambiente de ensino inclusivo que promova o pleno desenvolvimento das crianças.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A cidadania envolve a garantia de direitos individuais, sociais e políticos. Sabe-se que o direito a educação, é o que garante o acesso de muitos a educação pública, gratuita e de qualidade, contudo, um número muito significativo de pessoas, são excluídas desses processos não somente educativos, mas sociais, políticos e trabalhistas (SANTOS, 2015).

Focando em um público bem específico - nesse caso, Pessoas com Deficiência - podemos observar uma exclusão ainda maior, haja visto que historicamente, sempre houve um processo de exclusão muito forte, seja motivado por questões médicas, religiosas ou culturais. (MONTEIRO, 2016). Essa exclusão, marginaliza alguns grupos em detrimento de outros, pelo motivo de criar regras ou tipos sociais a serem seguidos como padrões (MONTEIRO, 2021).

Como na Grécia antiga em que bebês que nasciam com algum tipo de deficiência, eram abandonados por não terem serventia para a guerra. Nos primeiros séculos A.C., as pessoas com deficiência, pelo fato de não produzirem riquezas, poderiam ser exterminadas sem enfrentamento de dilemas morais ou humanos (Quadro 1). Segundo Pessotti (1984, p.12), “Em Esparta crianças portadoras de deficiência físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono”.

Quando o Cristianismo ganhava força no mundo, membros de classes políticas passaram a acreditar que pessoas com deficiência, “possuíam alma”, contudo, continuaram sendo utilizados de forma pejorativa para animações festivas (SILVA, 1987). Na idade média, o Clero defendia a tese que pessoas que possuíam alguma deficiência eram representações de castigos divinos, eram classificados como “endemoniados e hereges”, sofrendo, portanto, perseguições e extermínio (MONTEIRO, 2016).

Nos últimos séculos, houveram avanços em prol das pessoas com deficiência, contudo, sempre perpassou por medidas que tinham a finalidade de segregá-las da sociedade (Quadro 1), mesmo havendo marcos legais como a Política Nacional da Educação Especial (2008) que ratificou a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). A inclusão de fato, está longe de seu ideal, por questões políticas, econômicas e culturais (MORAIS, 2022), apesar do respaldo legal de documentos e resoluções como a do Conselho Nacional de Educação sobre o dever do Atendimento Educacional Especializado estar inserido no Projeto Político Pedagógico nas escolas. (Quadro 1).

Quadro 1: O quadro esquemático, apresenta com mais detalhes, as informações supracitadas.

IDADE A.C.	PRIMEIROS SÉCULOS D.C.	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DO CRISTIANISMO	IDADE MÉDIA	SÉCULO XIII	BRASIL
- Em Roma e Esparta as crianças eram preparadas para a guerra; - Crianças “defeituosas” (com alguma deficiência) não tinham serventia para uma vida bélica; - Essas crianças deficientes eram abandonas em uma prática que ficou conhecida como “Exposição”.	- As sociedades se organizam entre ricos e pobres. Quem detinha o poder (riquezas) determinava as leis, enquanto que as pessoas consideradas pobres, trabalhavam para produzir mais riqueza ainda para os que já estavam no topo da hierarquia de poder. - As pessoas deficientes, nesse contexto, não serviam para produzir riquezas, recursos, materiais e muito menos para estar em exércitos, sendo considerados, portanto, obsoletas. - Nesse contexto, como as pessoas deficientes não tinham serventia alguma, poderiam ser exterminadas, sem nenhum tipo de valor ético ou moral, ou seja, sem punição para as pessoas que	- Através dos “Milagres de Jesus”, os movimentos políticos que permeavam essas narrativas, levantaram a tese de que pessoas com deficiência, tinham “alma”. - Esses indivíduos não eram mais mortos como em outros tempos, porém estavam longe de serem respeitados em sua plenitude; eram utilizados pelos monarcas e burgueses para servir de entretenimento pejorativo em festas.	- O Clero surge na sociedade como uma classe que fazia parte da elite, e, portanto, as riquezas também passaram a ser geradas para o Clero, para além dos monarcas; - Com o Clero, a Santa inquisição passou a tratar as pessoas com deficiência de uma forma muito cruel; - Pessoas com deficiência eram considerados “hereges e endemoniados”, e foram exterminados em nome de uma ideologia religiosa de viés deturpado; Para a reforma protestante (grupo religioso e político que discordava das ideologias da igreja católica), pessoas com deficiência eram vistos como indivíduos escolhidos por	As pessoas com deficiência eram isoladas da sociedade e confinadas.	- No Brasil, a Política Nacional da Educação Especial do MEC (2008) e a Resolução do CNE nº 04/2009 através do Decreto 186/2008, ratifica a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ONU (2006). Dessa forma, desconstruindo a escola especial de um sistema paralelo de ensino para uma educação de caráter complementar e suplementar; - O Ministério da Educação, realiza o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais, para prestar Atendimento Educacional Especializado de forma complementar e suplementar, aos alunos que constituem o público-alvo da

	eliminaram esses indivíduos com deficiência.		Deus para pagar os pecados da humanidade.		Educação Especial, matriculados na rede pública de ensino. conforme o art. 10 da Resolução do CNE nº 04/2009, o AEE deve estar inserido no Projeto Pedagógico e fazer parte da escola; contudo, sua existência não se dá em todas as escolas, e, assim, não responde à articulação no projeto pedagógico da escola que não o possui.
--	---	--	--	--	---

Fonte: o autor

A educação especial no Brasil, na perspectiva da educação inclusiva, está ligada diretamente a história de lutas dos grupos e movimentos que se dedicam a garantia dos direitos humanos. Esses direitos são voltados para a construção da vida social, que envolvem ideais libertários, igualitários e priorizam a dignidade dos sujeitos. Também não tem a finalidade de igualar as pessoas, mas sim oportunizar todos, independente de suas diferenças ou especificidades para que todos tenham chances iguais de ingressar nos espaços individuais e sociais, sempre se pautando na dignidade dos sujeitos. (SANTOS, 2015, p. 15)

O histórico de luta dos movimentos sociais e a conquista de direitos voltados a educação configura um importante protagonismo das legislações nacionais que depois são voltadas para os direitos internacionais (PETERKE, 2009). Portanto, a educação especial é um importante resultado da luta dos movimentos voltados ao direito às pessoas com deficiência. A Declaração de Salamanca, que é um importante documento para o segmento, proporcionou a oportunidade de incluir a educação especial na estrutura do direito à educação para todos, em 1990, e expressa que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (UNESCO, 1994).

Da mesma forma, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Brasil, Resolução nº 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de

Educação, fornece um desafio para os sistemas de ensino, que se traduz em organizar-se para incluir os alunos e atender suas necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

Ainda sobre a declaração de Salamanca, e sua influência na criação de outras leis em uma escala nacional, foi criada em 1996, a lei de diretrizes e bases da educação (LDB), que institui as bases da educação nacional. Com a LDB, a educação especial passou a ter mais visibilidade. O capítulo V da LDB, é remetida para a educação especial. Na atualidade, ela apresenta os seguintes pontos,

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL,2018)

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculadas na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento. (BRASIL,2018)

Sobre acesso à educação e a permanência nos espaços escolares, no artigo 24 do Decreto n. 3298/99, estabelece que,

Art. 24. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

IV - A oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino (BRASIL, 1999).

Em síntese, segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é uma forma de ensino que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades. Ela oferece atendimento educacional especializado, fornece recursos e serviços e orienta sobre seu uso no processo de ensino e aprendizagem nas turmas regulares do ensino comum (BRASIL, 2008, p. 11). Para Mazzotta (2011, p. 11), esses recursos e serviços são estruturados para apoiar, suplementar e, em certas situações, substituir os serviços educacionais comuns, visando assegurar a educação formal dos alunos que possuam necessidades educacionais significativamente diferentes da maioria das crianças e jovens.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino direcionada a alunos com necessidades educacionais especiais, com o objetivo de proporcionar-lhes as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento educacional. Esse atendimento é

realizado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, oferecendo recursos e serviços específicos que auxiliam na superação das barreiras de aprendizagem e na inclusão escolar.

O AEE inclui um conjunto de atividades, recursos e estratégias pedagógicas oferecidas a alunos com necessidades educacionais especiais, com a finalidade de complementar a educação regular. Esse atendimento inclui apoio especializado, como salas de recursos multifuncionais, uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares e orientação para professores, pais e alunos, com o objetivo de promover o desenvolvimento pleno e a inclusão escolar desses estudantes.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE "constitui um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular" (BRASIL, 2008, p. 15). Dessa forma, o AEE não substitui o ensino comum, mas sim o complementa, garantindo que os alunos com necessidades especiais possam acompanhar o currículo regular. Mazzotta (2011) ressalta que o AEE deve ser planejado e executado de forma a atender às especificidades de cada aluno, considerando suas limitações e potencialidades,

Os serviços de atendimento educacional especializado são estruturados para apoiar, suplementar e, em certas situações, substituir os serviços educacionais comuns, visando assegurar a educação formal dos alunos que possuam necessidades educacionais significativamente diferentes da maioria das crianças e jovens (MAZZOTTA, 2011, p. 11).

Além disso, o AEE é regulamentado por legislações que estabelecem diretrizes para sua implementação nas escolas. A Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, define que "o atendimento educacional especializado deve ser realizado no turno inverso ao da escolarização, em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular" (BRASIL, 2009, p. 3). Essa organização permite que os alunos recebam o suporte necessário sem comprometer o tempo dedicado às atividades do currículo regular.

Em resumo, o Atendimento Educacional Especializado é uma estratégia fundamental para promover a inclusão escolar e garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham acesso a uma educação de qualidade. Ele oferece os recursos e serviços necessários para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam superar as barreiras de aprendizagem e participar ativamente do ambiente escolar.

O primeiro contato que a criança tem com o externo é através da família. É através desse contato que se prepara as crianças para todas as etapas de desenvolvimento do ser humano até sua fase adulta, enfrenta desafios, realiza suas vontades, lida com decepções e constrói sua autoestima, para o contexto familiar e posteriormente, escolar. Para Kelman (2010, p. 38), “A família é o primeiro e provavelmente o principal grupo social em que convivemos, pois é nela que o indivíduo aprende a conquistar a individualidade e independência”.

No seio familiar, é onde se desenvolve as habilidades, a vida em sociedade, o respeito ao espaço do outro, a conviver com a pluralidade de ideias, a preceitos que já existem muito antes de sua concepção enquanto ser humano, e ao mesmo tempo, a criança vai construindo laços afetivos e de solidariedade. Dessa forma, a família é responsável direta e indiretamente em contribuir para a construção da individualidade e independência da criança. Da mesma forma, a ausência da família, pode prejudicar grandemente essa etapa de desenvolvimento, e quando a criança possui alguma deficiência, essa ausência gera um desenvolvimento muito mais difícil e conflituoso. (SANTOS, 2015, p. 18)

Assim como a família, a escola também possui uma responsabilidade no crescimento da criança a partir de suas atribuições. De maneira conjunta à família, trabalham em prol do desenvolvimento emocional, físico, social e intelectual da criança. Segundo Rego (2003, p. 16), a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão.

Rego (2008, p. 102) destaca ainda que "o envolvimento dos pais nas atividades escolares e a comunicação constante com os educadores contribuem significativamente para a identificação e superação de dificuldades de aprendizagem". Quando a família acompanha de perto o progresso escolar dos filhos, é possível intervir precocemente em caso de problemas, oferecendo o suporte necessário para que a criança ou adolescente supere os obstáculos.

Além disso, o acompanhamento familiar está relacionado ao fortalecimento de valores e atitudes positivas em relação à educação. Segundo Mazzotta (2011, p. 65), "a presença dos pais na vida escolar dos filhos reforça a importância da educação e promove o desenvolvimento de atitudes de responsabilidade, disciplina e respeito". Essa colaboração também contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde todos se sentem valorizados e respeitados.

Em síntese, o acompanhamento familiar na escola é um elemento crucial para o sucesso educativo dos alunos. A interação entre família e escola favorece não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação integral do indivíduo, preparando-o para enfrentar os desafios da vida e contribuir positivamente para a sociedade.

O TEA (Transtorno do Espectro Autista), ou Autismo, como ficou conhecido, classifica-se, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019, p. 01), como “um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos”. De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (2013), o autismo é caracterizado por "déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, além de padrões de comportamento, interesses ou atividades restritos e repetitivos”. Ademais, segundo Santos e Vieira (2017 apud Cunha, 2015, p. 23), o TEA também possui níveis diferentes e pode ser classificado como leve, moderado ou severo. Segundo as autoras, o nível do Autismo pode definir o modo de vida da criança e a forma como ela exercerá algumas ações do dia a dia.

É importante destacar que o autismo é um espectro, o que significa que suas manifestações podem ser muito diversas. Enquanto algumas pessoas com autismo podem ter dificuldades significativas e precisar de apoio constante, outras podem ser altamente funcionais e viver de forma independente. Como afirmam Happé e Frith (2020), "o espectro do autismo reflete uma ampla gama de habilidades e desafios, onde cada indivíduo é único".

Ainda que o autismo se manifeste de formas e níveis diferentes, há sintomas comportamentais gerais aceitas como características universais e específicas do autismo, mesmo não determinantes para um diagnóstico (RIVIÈRE, 2004). O autor destaca alguns desses sintomas comportamentais, como a hiperatividade, a impulsividade, a agressividade, comportamentos autolesivos, a ausência de reação diante de situações de perigo ou o medo intenso do perigo. Além disso, menciona as diferentes reações a estímulos sensoriais relacionados a sons, luzes e ao toque, incluindo a possibilidade de uma fascinação por certos estímulos.

As reações à estímulos sensoriais de pessoas com TEA são diferentes, pois recebem os estímulos de forma diferente, podendo ter alta sensibilidade ou baixa sensibilidade, sendo, respectivamente hipersensíveis ou hipossensíveis. A codificação dos estímulos sensoriais externos, é feito de maneira que pode ocorrer falhas nesse processo, isso quer dizer que a percepção da criança com TEA pode sofrer com confusões como por exemplo, de espaço; nesse caso a criança, irá, como mecanismo de defesa, utilizar a atenção superseletiva, que é a concentração voltada a somente um estímulo por vez, poderá ocorrer da criança não manter contato visual, repetir continuamente o mesmo movimento e até reagir de maneira impulsiva e agressiva (COLA et. al, 2017; MIRANDA, 2014).

De acordo com Cola et. al (2017), a hipersensibilidade se manifesta nos sistemas olfativo, visual, auditivo, tátil, vestibular e gustativo. Os autores afirmam que ela pode se

apresentar como uma percepção intensificada de cheiros, uma visão distorcida de objetos brilhantes, uma concentração em pequenos detalhes, uma percepção amplificada de ruídos, e um toque que pode ser doloroso e desconfortável. Devido à maior sensibilidade aos estímulos externos, a criança autista pode se sentir angustiada e ansiosa, o que pode levar a crises de choro, agitação e comportamentos agressivos dirigidos a outras pessoas ou a si mesma (POSAR E VISCONTI, 2008).

O ato de brincar, tem certa importância no desenvolvimento de crianças autistas, segundo Albuquerque e Benitez (2020), brincar é a atividade mais importante na fase de desenvolvimento infantil, mas, para crianças autistas, não é algo que se aprende naturalmente. Elas têm dificuldade com brincadeiras lúdicas e em grupo, sendo necessário que um adulto oriente sobre como brincar. Por isso, elas podem se restringir a brincadeiras repetitivas, que não se desviem muito de sua rotina, focando principalmente na manipulação de objetos de maneira ritualística.

Quando brinca, a criança autista pode usar o brinquedo para se acalmar e se autoestimular, aproveitando as sensações táteis, gustativas e olfativas. Isso pode levar ao desenvolvimento de um interesse intenso e um certo fascínio por um objeto específico, e ao brincar repetitivamente, ela pode criar movimentos estereotipados, como balançar o corpo, andar na ponta dos pés, passar a roda de um carro de brinquedo na pele repetidamente ou passar horas observando um ventilador girar (KLIN, 2006).

Intervenções e suporte adequados podem ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com autismo. Segundo Schreibman et al. (2015), "intervenções precoces e individualizadas podem ter um impacto significativo no desenvolvimento de crianças com autismo". Programas de intervenção precoce e terapias comportamentais são frequentemente recomendados para ajudar no desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação.

A interação entre família e escola permite a criação de estratégias educacionais mais eficazes, adaptadas às necessidades individuais dos alunos autistas. Conforme Szymanski (2009), a ação educativa realizada pela escola e pela família tem características diferentes em termos de objetivos, conteúdos, métodos e aspectos relacionados à afetividade, além de diferenças nas interações e nos diversos contextos.

Sobre a ação educativa que a escola e família devem desempenhar, a autora especifica,

A escola, entretanto, tem uma especificidade - a obrigação de ensinar (bem) conteúdos específicos de áreas de saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução de novas gerações. O problema das crianças de aprenderem fração é da escola. Família nenhuma tem essa obrigação. Por outro lado, professora alguma tem de dar "carinho maternal" para seus alunos. Amor, respeito, confiança, sim, como professora e

membro adulto da sociedade. As famílias têm de dar acolhimento a seus filhos: um ambiente estável, provedor, amoroso (SZYMANSKI, 2009, p. 216).

Dessa forma, o acompanhamento familiar na escola é um elemento crucial para o desenvolvimento dos alunos autistas. A participação ativa da família no ambiente escolar proporciona um apoio integral que é fundamental para o progresso educacional e social dessas crianças. Cambruzzi (1998) afirma que,

é importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem a respeito do deficiente (Cambruzzi, 1998, p.90).

Por outro lado, a ausência de acompanhamento familiar pode ter efeitos negativos no desenvolvimento dos alunos autistas. Sem a colaboração dos pais, a escola pode enfrentar desafios para implementar intervenções eficazes e monitorar o progresso dos estudantes de maneira adequada. Além disso, pode dificultar a comunicação entre a escola e a família, resultando em mal-entendidos e expectativas não alinhadas. Isso pode levar a um ambiente de aprendizagem menos favorável para os alunos autistas, comprometendo seu bem-estar e desenvolvimento geral. Segundo Santos (2015, p. 12-13) essa ausência “pode dificultar o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e ocasionar desajustes sociais”.

Dessa forma, é evidente que o acompanhamento familiar desempenha um papel vital na educação de alunos autistas, promovendo uma experiência educacional mais enriquecedora e eficaz. Para maximizar o potencial desses alunos, é fundamental que a escola e a família trabalhem em parceria, garantindo que as necessidades dos estudantes sejam atendidas de maneira abrangente e individualizada.

3. METODOLOGIA

A pesquisa, segundo Gil (2002, p.17), pode se definir como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são pesquisados. Desse modo, essa pesquisa apresenta como seu objeto de estudo, o acompanhamento familiar no desenvolvimento escolar de alunos com TEA, e os impactos que a relação família-escola podem gerar nesse desenvolvimento. Desse modo, optou-se por uma pesquisa de natureza teórica, do tipo qualitativa e com uma abordagem bibliográfica.

Sobre pesquisa qualitativa, Moraes e Galiuzzi (2002, p. 11) destacam que,

a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

E a pesquisa bibliográfica, novamente segundo Gil (2002, p. 45), é compreendida da seguinte forma,

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Assim, a principal característica da pesquisa qualitativa é ter um pesquisador que seja participativo, compreensivo e capaz de interpretar, vivenciar e compreender a realidade do contexto sociocultural em que o grupo estudado está inserido (SANTOS, 2015).

A metodologia desse trabalho foi dividida em três etapas: levantamento inicial, seleção de artigos e leitura crítica.

1º) Levantamento Inicial: Utilização de palavras-chave e termos de busca relacionados ao tema para realizar uma busca inicial nas bases de dados;

2º) Seleção de Artigos: Leitura dos títulos e resumo dos artigos encontrados para selecionar aqueles que são mais relevantes

3º) Leitura Crítica: Leitura detalhada dos artigos selecionados, destacando os principais achados, métodos utilizados e conclusões.

No levantamento do material teórico inicial, trago contribuições de autores como Albuquerque E Benitez (2020), Cola (2017), Mantoan (1998), Mazzotta (2011), Miranda (2014), Monteiro (2016), Morais (2022), Pessotti (1984), Posar (2018), Rego (2008), Rivière (2004), Szymanski (2009), Vygotsky (1991), em que alguns autores discutem a relação família-escola, enquanto outros abordam sobre as especificidades do desenvolvimento de crianças com TEA; sem deixar de citar aqui, documentos legais que legitimam a prática da educação especial na perspectiva da inclusão, tais como a LDB (BRASIL, 1996), a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Brasil (BRASIL, 2001).

Os artigos analisados foram encontrados no site <https://bdtd.ibict.br/vufind/> e no *Google Acadêmico*; como descritor, foram utilizados os temas: Transtorno do Espectro Autista; Relação família e escola no AEE com crianças autistas; Atendimento Educacional Especializado e Tea. Após a pesquisa, foram selecionados 5 trabalhos, o objetivo era encontrar um artigo em cada ano diferente e mais recente possível, porém o recorte temporal ficou entre os anos de 2015, 2020 e 2021.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a pesquisa e por conseguinte, a escolha dos trabalhos acadêmicos que poderiam estar corroborando com a pesquisa, estarei inserindo nessa seção, os artigos que foram catalogados, no quadro abaixo:

Quadro 2: artigos analisados

Autor	Título do trabalho	Ano de publicação	Objetivos
Lindinalva Fontes Dias	O acompanhamento familiar no processo de ensino e aprendizagem do aluno com necessidades educativas especiais no ensino fundamental i	2020	Um estudo de caso em que se analisou as contribuições do acompanhamento familiar no ensino de alunos com necessidades educativas especiais, na perspectiva da inclusão e como o apoio escolar ajuda a reduzir o insucesso escolar e promove o desenvolvimento infantil em sua plenitude
Sheylla Michelle Barros Ferreira Marta Callou Barros Coutinho Maria Do Socorro Cecílio Sobral	A importância da participação da família na educação escolar	2020	Identificação das principais dificuldades que escolas e famílias enfrentam devido à ausência de integração entre elas. Aponta as obrigações da família e estado e ressalta que essas obrigações devem se complementar tornando a família peça chave no desenvolvimento educacional da criança.
Gisele Soares Lemos Shaw	Relação entre família, escola, especialistas e o desenvolvimento de pessoas autistas	2021	Apresenta uma análise aprofundada sobre o transtorno do espectro do autismo (tea), explorando as possíveis contribuições da família, das escolas e dos especialistas para o desenvolvimento de pessoas autistas no ambiente escolar. Este estudo resulta em uma proposta de mapeamento, organizada em categorias: conhecimento, colaboração e desafios. A colaboração entre a família e a escola é vista como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do aluno.

Samara Da Silva Carvalho Gisele Soares Lemos Shaw	Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de campo formoso/ba	2021	Uma investigação de como a família, a escola e os especialistas podem contribuir para o processo de inclusão escolar de crianças autistas nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo focou em entender essas interações e destacar as falhas e pontos de melhoria, como a falta de um planejamento conjunto e a necessidade de maior colaboração entre todos os envolvidos no processo. Além disso, o artigo destacou o papel ativo das mães na luta pelos direitos e pela inclusão de seus filhos.
Valkiria Cordeiro Da Rocha Santos	Família: uma aliada na educação inclusiva?	2015	Uma análise sobre o papel da família, escola e sociedade, na construção de um ambiente favorecedor para o bom desenvolvimento da criança, na perspectiva inclusiva. Nesse artigo, é apontado como algumas famílias, com crenças preconceituosas sobre deficiência e os professores com carência de experiência, podem reforçar a exclusão da criança. A inclusão, para ter sucesso, carece de famílias participativa, profissionais bem preparados e uma sociedade cada vez mais envolvida em uma cultura inclusiva.

Fonte: Autoria própria (2024).

O primeiro artigo, realizado em Presidente Figueiredo, Amazonas, na Escola Municipal Deisy Lammel Hendges, analisou as contribuições do acompanhamento familiar no ensino de alunos com necessidades educativas especiais, em um contexto inclusivo. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram coletados dados de 10 professores, 2 coordenadores pedagógicos e 14 pais ou responsáveis, além de uma análise do Projeto Político Pedagógico da escola. A pesquisa concluiu que a colaboração entre família e escola é crucial para o sucesso escolar desses alunos, fortalecendo vínculos e superando desafios sociais. O apoio familiar ajuda a reduzir o insucesso escolar e promove a socialização, autonomia, criatividade, positividade e autocontrole dos alunos, desenvolvendo perfis mais seguros e confiantes.

O segundo artigo "A importância da participação da família na educação escolar", de Barros, Ferreira e Sobral (2020), utiliza pesquisas bibliográficas para identificar as dificuldades enfrentadas por escolas e famílias devido à falta de integração entre elas. O estudo analisa as interações entre família e escola, destacando a importância da colaboração no contexto da educação inclusiva. Documentos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, enfatizam o papel da família em garantir a educação, cidadania e proteção dos filhos. O artigo ressalta que a educação fornecida pela família e pelo Estado deve ser complementar, tornando a família um participante essencial no processo educacional dos alunos com necessidades especiais e contribuindo para sua socialização e inclusão escolar.

O terceiro artigo "Relação entre família, escola, especialistas e o desenvolvimento de pessoas autistas", de Soares e Shaw (2021), oferece uma análise detalhada do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), focando nas contribuições e desafios enfrentados por famílias e escolas. O objetivo principal é investigar como familiares e educadores podem contribuir para o desenvolvimento de indivíduos com TEA, introduzindo a categoria "colaboração da família". A pesquisa, baseada em revisão de literatura, mapeia três categorias: conhecimento, colaboração e desafios, e destaca a importância de uma parceria efetiva entre família e escola. A categoria "colaboração" é destacada, refletindo a importância de estabelecer laços de confiança e diálogo, alinhada às teorias de Vygotsky (1991) sobre o papel ativo da família na aprendizagem.

O quarto artigo teve como principal objetivo investigar as possíveis contribuições da família, da escola e de especialistas no processo de inclusão escolar de três crianças autistas, que estão nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Campo Formoso, Bahia. Participaram do estudo as mães das crianças, uma professora de atendimento educacional especializado, uma mediadora escolar, uma psicóloga e uma fonoaudióloga. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, questionários e observação, e analisados qualitativamente. A pesquisa revelou uma falta de interação eficaz entre familiares, educadores e especialistas, além da ausência de um planejamento conjunto para a elaboração de roteiros e atividades para os alunos autistas. Foi notável o interesse e a participação ativa das mães na busca por direitos para seus filhos e por alternativas que efetivamente promovam a inclusão.

O quinto artigo, buscou analisar o papel das famílias no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais de uma escola regular de ensino fundamental I e II, localizada na cidade de Juvenília-MG, a partir da perspectiva dos professores. Utilizando uma abordagem qualitativa, com ênfase na observação participante e em entrevistas semiestruturadas, a pesquisa revelou uma carência significativa de experiência dos professores

em lidar tanto com as crianças quanto com suas famílias. Este déficit de preparo é particularmente problemático, uma vez que a colaboração eficaz entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças com necessidades educacionais especiais, abrangendo aspectos cruciais como a aprendizagem, a socialização e a inclusão no ambiente escolar. As conclusões apontam para a necessidade de uma maior capacitação dos docentes e de um envolvimento mais ativo das famílias, destacando a importância de uma parceria sólida e bem estruturada para promover uma educação inclusiva de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre família e escola é crucial para criar estratégias educacionais eficazes para alunos autistas, adaptando-se às suas necessidades individuais. O envolvimento familiar é essencial para a compreensão das particularidades de cada aluno, permitindo a elaboração de planos de ensino que respeitem suas habilidades e limitações. Szymanski (2009) destaca que, embora a escola tenha a obrigação de ensinar conteúdos específicos, a família é responsável por proporcionar um ambiente estável e amoroso. Para Rego (2003), estudos têm comprovado que a participação da família na educação de seus filhos tem trazido bons resultados em relação à facilidade do entendimento dos conteúdos e consequentemente no sucesso acadêmico dos filhos.

Por outro lado, a ausência de acompanhamento familiar pode impactar negativamente o desenvolvimento dos alunos autistas. Hollerweger e Catarina (2014, apud Davis, 1989, p. 37) afirmam que "o envolvimento dos pais proporciona benefícios a vários níveis: às crianças, aos pais, às escolas e, generalizando, infere melhorias na sociedade democrática". Dessa forma, a falta de colaboração entre pais e escola dificulta a implementação de intervenções eficazes e o monitoramento do progresso dos estudantes, além de gerar mal-entendidos e expectativas desalinhadas. Portanto, é evidente que o acompanhamento familiar é vital para uma experiência educacional enriquecedora e eficaz. Para maximizar o potencial dos alunos autistas, é fundamental que a escola e a família trabalhem em parceria, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de maneira abrangente e individualizada.

A participação efetiva da família na escola é um elemento crucial para o sucesso escolar, especialmente quando se trata de alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, essa colaboração muitas vezes esbarra em atitudes e percepções equivocadas de ambas as partes. É comum que os pais acreditem que a iniciativa do diálogo deve partir exclusivamente da escola, enquanto os educadores frequentemente transferem toda a responsabilidade para a família (SOUZA, 2022). Essa falta de comunicação proativa resulta em uma interação limitada,

na qual as famílias são frequentemente convocadas apenas em situações problemáticas, e quando elas buscam a escola por iniciativa própria, nem sempre encontram acolhimento. Por outro lado, há diretores que tentam promover uma maior participação das famílias, mas enfrentam dificuldades em conseguir esse engajamento.

Para superar esses obstáculos, é essencial que a escola e a família rompam com essa inércia e estabeleçam uma agenda positiva de colaboração contínua. Isso requer um compromisso compartilhado entre professores, funcionários, pais e responsáveis. Algumas ações práticas que podem ser implementadas incluem a criação de grupos de formação para pais, abordando temas relevantes ao ambiente escolar e ao desenvolvimento dos estudantes, o que capacita os pais a apoiar melhor seus filhos. Além disso, promover rodas de conversa que celebrem as conquistas dos alunos, em vez de focar apenas nas dificuldades, pode fortalecer o relacionamento entre a escola e a família. Conhecer a comunidade escolar e estabelecer parcerias sólidas com as famílias são passos fundamentais para criar um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo (SOUZA, 2022).

Esse estudo teve o objetivo de refletir sobre a importância da parceria entre escola e família na educação especial, pois ambas contribuem, de forma complementar, para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Enquanto a escola deve oferecer um ambiente de aprendizagem adaptado com recursos e estratégias pedagógicas específicas, a família proporciona o suporte emocional e social necessário. Essa parceria fortalece a rede de apoio ao aluno, assegura a continuidade do aprendizado em casa, facilita ajustes eficazes nas abordagens educacionais e promove uma inclusão social mais ampla, criando uma comunidade escolar onde todos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Isis de; BENITEZ, Priscila. **O brincar e a criança com Transtorno do Espectro Autista**: revisão de estudos brasileiros. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Araraquara. v. 15, n. 4, p. 1939-1953, out/dez. 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013.

BRASIL. Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. **Brasília**: Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1999.

_____. **Lei n.13632/2018** que alterou alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB. 9394/1996), 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, jan. 2008.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, SEESP, 2008.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

CARVALHO, Samara da Silva; SHAW, Gisele Soares Lemos. Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA. **Cenas Educacionais, [S. l.]**, v. 4, p. e11868, 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11868>. Acesso em: 17 ago. 2024.

COLA, Cláudio dos Santos Dias. **Hipersensibilidade sensorio-perceptual que acomete autistas descrita na literatura e observada no Centro de Atendimento Clínico de Itaperuna (CACI): um estudo comparativo**. Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico. v. 3. no. 2. p. 74-84. jul/dez 2017.

COLL, César, MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.234-254.

DIAS, Lindinalva. **O Acompanhamento Familiar No Processo De Ensino E Aprendizagem Do Aluno Com Necessidades Educativas Especiais No Ensino Fundamental I**. Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai. Dissertação de Mestrado. 2020.

DOS SANTOS, Regina Kelly. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional**. Revista Includere, v. 3, n. 1, 2017.

Ferreira, Sheylla Michelle Barros.; Sobral, Maria do Socorro Cecílio. A Importância da Participação da Família na Educação Escolar. ID on Line **Revista de Psicologia**, 2018, 12.42: 491-502. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1452>>. Acesso em: 17 de ago. 2024.

Gil, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAPPÉ, Francesca; FRITH, Uta. **Annual Research Review: Looking back to look forward – changes in the concept of autism and implications for future research**. Journal of Child Psychology and Psychiatry, v. 61, n. 3, p. 218-232, 2020.

HOLLERWEGER, Silvana; CATARINA, Mirtes Bampi Santa. A importância da família na aprendizagem da criança especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 9, n. 19, 2014.

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.

KLIN, Ami. **Autismo e síndrome de Asperger**: uma visão geral. Revista Brasileira de Psiquiatria. São Paulo. vol. 28. maio. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento**. Cad. CEDES, Set 1998, v.19, no.46, p.00-00.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Helena Freitas Silva de. **O efeito das cores em crianças com autismo**. Porto Alegre. 2014. Iniciação Científica da UFRGS.

MONTEIRO, Carlos Henrique Medeiros. **Pessoa com deficiência**: a história do passado ao presente. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016.

MONTEIRO, Paulo Gabriel Nascimento. **Diálogo sobre o cinema na educação do campo**: uma proposta inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará. Pará, 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORAIS, Irenice Batista de. **Inclusão escolar**: um olhar histórico e um caminho desafiador. 2022.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. TA Queiroz, 1984.

PETERKE, Sven. [et al.] Manual prático de Direitos humanos internacionais. Brasília: **Escola Superior do Ministério Público da União**, 2009.374, p. (2009). Disponível em: <<https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/manual-pratico-de-direitos-humanos-internacionais>>. Acesso em: 17 de ago. 2024.

POSAR, Annio; VISCONTI, Paola. **Alterações sensoriais em crianças com transtorno do espectro do autismo**. Jornal de Pediatria. vol. 94 n. 4 Porto Alegre. jul/ago. 2018.

REGO, Teresa Cristina. **A Cultura Escolar e a Constituição da Singularidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIVIÈRE, Angel. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 234-253.

SANTOS, Regina Kelly dos; VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA):** do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. Periódicos UFERSA. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. v. 3 nº 1. 2017.

SANTOS, Valkiria Cordeiro da Rocha. **Família:** uma aliada na educação inclusiva?. Monografia (especialização)—Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Programa de Pós Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, 2015.

SCHREIBMAN, Laura et al. Naturalistic Developmental Behavioral Interventions: Empirically Validated Treatments for Autism Spectrum Disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 45, n. 8, p. 2411-2428, 2015.

SHAW, Gisele Soares Lemos. Relação entre família, escola, especialistas e o desenvolvimento de pessoas autistas. **Perspectivas em Diálogo:** revista de educação e sociedade, v. 8, n. 16, p. 183-201, 2021.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1987.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Manual de Orientação:** transtorno do espectro do autismo. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria; 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf> Acesso em 17 de ago. de 2024.

SOUZA, Thaís Teixeira de et al. O papel da família na educação inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Humanas, Instituto Federal Goiano, Hidrolândia, 2022.

SZYMANSKI, Heloisa. **Encontros e desencontros na relação família-escola.** Brasília: Liber livro, 2009. Disponível em: <http://www.necfebf.uerj.br/boletins/boletim012011index_arquivos/HeloisaSzymanski.pdf>. Acesso em: 17 de ago. de 2024.

UNESCO, Declaração de Salamanca. **Enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.